

**FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS
CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA
DO BRASIL (CPDOC)**

Proibida a publicação no todo ou em parte; permitida a citação. A citação deve ser fiel à gravação, com indicação de fonte conforme abaixo.

SAMPAIO, Plínio Soares de Arruda. Plínio Soares de Arruda Sampaio (depoimento, 2009). Rio de Janeiro, CPDOC/Fundação Getulio Vargas (FGV), (1h 21min).

Esta entrevista foi realizada na vigência do convênio entre ESCOLA DE DIREITO RIO DA FGV e ESCOLA DE DIREITO RIO DA FGV. É obrigatório o crédito às instituições mencionadas.

**Plínio Soares de Arruda Sampaio
(depoimento, 2009)**

Rio de Janeiro

2020

Ficha Técnica

Tipo de entrevista: Temática

Entrevistador(es): Christiane Jalles de Paula; João Marcelo Ehlert Maia; Pablo de Camargo Cerdeira; Tânia Abrão Rangel;

Técnico de gravação: Marco Dreer Buarque;

Local: São Paulo - SP - Brasil;

Data: 16/06/2009

Duração: 1h 21min

Arquivo digital - áudio: 1; MiniDV: 2;

Entrevista realizada no contexto do projeto “História Oral do CNJ”, desenvolvido pelo CPDOC em convênio com a Escola de Direito da FGV, entre abril de 2009 e abril de 2011. O projeto visa, a princípio, apenas a criação de um banco de fontes orais.

Temas: Assembleia Nacional Constituinte de 1987-1988; Conselho Nacional de Justiça (CNJ); Constituição federal (1988); Defensoria Pública Estadual; Ministério Público Federal; Nelson Jobim; Partido dos Trabalhadores - PT; Poder judiciário; Poder legislativo; Socialismo; Sociedade civil; Supremo Tribunal Federal;

Sumário

Entrevista: 16.06.2009

A relação do entrevistado com o tema do Judiciário e sua chegada à relatoria da subcomissão do Poder Judiciário no âmbito da Constituinte; o prestígio do Supremo Tribunal Federal (STF); comentários sobre as propostas do entrevistado que foram derrotadas durante sua relatoria; a proposta de fiscalização do Judiciário via Poder Legislativo; comentários sobre as diferenças do Brasil em 1988 com o Brasil de 2008; a não aprovação do projeto de fiscalização externa do Judiciário à época da Constituinte e as posições contrárias ao projeto; comentários sobre o Ministério Público e suas demandas; comentários sobre o parecer do entrevistado na subcomissão do Poder Judiciário, suas propostas para o Judiciário durante a Constituinte e a experiência amarga que teve; a atividade política e os interesses do entrevistado pós-Constituinte; comentários sobre a retomada das discussões sobre o controle externo do Judiciário, a partir das discussões sobre o Conselho Nacional de Justiça (CNJ); o artigo sobre os vinte anos da Constituinte; avaliação acerca da Constituição e de seu processo de elaboração; a participação popular na elaboração da Constituição; comentários sobre a participação de Nelson Jobim na Constituinte; comentários sobre a cultura política no Brasil; a dedicação do entrevistado em melhorar o Judiciário, tendo em vista sua formação socialista, e a importância da Defensoria Pública; comentários sobre o modelo atual do CNJ; o processo de revisão constitucional; a relação do entrevistado com o Partido dos Trabalhadores (PT).

Entrevista: 16/06/2009

João Marcelo Maia - Muito obrigado por ter concedido para a gente, nesse horário, essa entrevista.

Plínio de Arruda Sampaio - Pois não. O prazer é meu.

J.M. - Nós gostaríamos de começar perguntando um pouco como se deu, de forma geral, o seu interesse pelo tema do Judiciário, ou da reforma do Judiciário. Isso foi no âmbito da Constituição, do processo da Constituinte, que esse tema apareceu para o senhor?

P.S. - Na verdade eu sou um bacharel em direito.

J.M - É, claro. [Risos]

P.S. - Bacharel em direito, filho de um bacharel em direito, sobrinho de bacharel em direito. Eu sou um homem... Nasci nisso, vivi a vida inteira no Judiciário. Mas, não tinha não. Não tinha essa preocupação, quando cheguei à Constituinte. Eu cheguei à constituinte, porque fui nomeado, pelo Ulysses Guimarães, relator da subcomissão do Poder Judiciário, que era uma das subcomissões da Comissão dos Poderes. Me lembro até que na ocasião, o Ulysses disse assim: "Plínio, estou nomeando você para a comissão mais importante". Eu disse: "Dr. Ulysses, eu sei que o senhor disse isso para todos, mas, de toda maneira, eu acho que de fato o Judiciário é muito importante". E fui para essa comissão e fizemos lá um trabalho não totalmente coroado de êxito. Eu diria mais de fracassos, do que acertos, porque eu fui derrotado em quase tudo que eu queria. Mas, conseguimos colocar algumas coisas que, tenho a impressão, estão até hoje valendo, ou criaram condições... Por exemplo, o Ministério Público, ou a justiça especial, que é indiscutivelmente uma coisa correta, a ação direta de inconstitucionalidade. Ou seja, houve avanços, mas não os avanços que seriam necessários para dotar este país de um sistema judiciário que fosse capaz de atender a demanda jurisdicional. Ao contrário, nós estamos vendo até hoje que essa demanda não é satisfeita. Ela é satisfeita de uma forma precária e insegura, exatamente por defeitos da estrutura do Poder Judiciário. Por exemplo, eu queria um tribunal constitucional unicamente constituído por juízes *constitucionais*, que não tivessem nenhuma vinculação com as causas de direito comum, com os problemas das causas que chegam por

causa dos advogados importantes. Mas, que fosse um tribunal constitucional que pudesse julgar fulminantemente qualquer violação à Constituição. Aí eu fui derrotadíssimo.

Tânia Abrão - Nesse momento... Porque assim, o momento da Assembleia Nacional Constituinte era um momento delicado ainda para o Brasil, não é? A gente estava saindo de um regime ditatorial, entrando em um regime democrático. Ela estava ali para criar esse regime democrático. O senhor acredita que perder de forma tão forte essa questão do tribunal constitucional se deveu a estar naquele lugar? Porque hoje, por exemplo, com as reformas que tem sido feitas até mesmo infraconstitucionais - algumas constitucionais - é para tentar transformar o Supremo nesse tribunal constitucional, não é?

P.S. - Mas eu não acredito que tenha sido essa a causa específica deste ponto. A causa específica desse ponto foi o enorme prestígio dos juizes do Supremo e o temor dos deputados de contrariar o desejo do Supremo. E o Supremo fez um *lobby violento*. Ele montou um *lobby real*.

T.A. - E como é que foi isso?

P.S. - Ah, ele montou o *lobby* lá. Bom, basta dizer que um dos deputados da comissão tornou-se logo ministro do Supremo. Ele era o *lobby* lá dentro. O Corrêa. Como é o nome dele?

T.A. - Oscar Dias Corrêa.

P.S. - Não, não. O Oscar Dias Corrêa era do Supremo, meu antigo colega...

Pablo Cerdeira - Maurício Corrêa.

P.S. - Meu colega, quando eu fui deputado a primeira vez, em 1964. E aí exerceu uma pressão sobre o velho colega terrível. [Risos] Eu tive que resistir a duras penas. O filho dele era o presidente... era membro da Comissão dos Poderes. O filho dele era da Comissão dos Poderes. Era o Maurício Corrêa, que era um grande advogado, tinha um enorme escritório em Brasília e era membro da comissão. E eu me lembro do discurso que ele fez para me fazer uma coisa que eu não queria muito, que era visitar o Supremo. Eu falei: "Olha, não tenho a menor... para quê? Nós não vamos discutir com eles". E ele: "Não, mas é uma delicadeza. Precisamos ir, precisamos..." "Vamos, sem dúvida. Boa educação não faz mal para ninguém". Mas, eu percebi

claramente que era... E com isso havia uma pressão muito forte sobre os outros deputados. E foi derrotado já na comissão. Quando chegou, já estava liquidado.

J.M. - Entre as outras propostas que o senhor considera que foi derrotado nesse momento, o senhor poderia lembrar de algumas? Por exemplo, a ideia de um controle externo do Judiciário...?

P.S. - Aí eu tenho até uma emenda, que eu consegui vencer. Eu não consegui foi o quórum. E o culpado disso foi o Dr. Márcio Thomaz Bastos, meu grande amigo, meu advogado em muitas ocasiões. Mas, eu expliquei ao Márcio. O problema do Conselho Nacional de Justiça é o seguinte: quem fiscaliza o fiscal? Quem fiscaliza o guardião da Constituição? Porque eu vou ser claro: se eu souber o nome dos advogados do Conselho Nacional de Justiça e tiver uma causa, é claro que eu vou procurá-los. É óbvio. Não é? Ou seja, eles fazem parte do mesmo grupo. É uma fiscalização de pessoas que, de certa maneira, estão subordinadas ao Supremo. Então, é uma fiscalização que não vai de fato fiscalizar. É uma burocracia que não vai de fato fiscalizar. Até porque o tribunal tem os seus mecanismos próprios de fiscalização da atuação dos juízes. Então, se um juiz atua de uma maneira irregular, o tribunal tem os elementos para... Aí, no caso, é uma fiscalização não sobre um juiz, ou sobre outro juiz, porque isso é obrigação do corregedor. É sobre *o tribunal* e não propriamente... Não entrando em nenhum mérito de sentença, porque isso é uma questão da consciência do juiz, mas na política judiciária. Aonde é que o tribunal, enquanto um corpo administrativo, aloca os seus recursos? Aonde é que ele equipa o seu aparelho? Que determinações de política ele dá para os órgãos, os cartórios, os peritos? Como é que ele faz isso? Ali seria para resolver o problema seguinte, por exemplo: por que é que demora um ano para distribuir um processo na Justiça do Trabalho, no Tribunal Superior de Justiça? Como? Como é que se explica o fato, por exemplo, de que muitos presos continuam detidos após o término da sentença? Isto é uma *violência*. Isto é uma violência. Imaginemos um de nós em uma circunstância dessas. É impensável para nós. E, no entanto, são centenas. Talvez sejam milhares.

T.A. - E aí, como é que faria isso? Porque se vai precisar que tenha um órgão para fiscalizar isso e não tem quem fiscalize esse que vai fiscalizar, como a gente resolve isso, se a gente tem um problema?

P.S. - Exatamente. Esse é o problema, que eu resolvi. Estou convencido que eu resolvi e vou lutar por isso até o fim. E ganhei. Ganhei! Eu não consegui o quórum, mas eu ganhei. Eu convenci a maioria dos constituintes. Quem fiscaliza o Executivo?

P.C. - As eleições.

P.S. - O Legislativo e o povo. Quem fiscaliza o Legislativo? O Judiciário e o povo. Não é verdade? Quem tem que fiscalizar o Judiciário? O Legislativo. Porque ele não tem nenhuma subordinação e ele não fiscaliza, o Legislativo. Então, eu imaginei o seguinte: neste nível de fiscalização... Porque tem fiscalização de vários níveis. Saber se um juiz mora na comarca, ou não mora na comarca é um problema do corregedor. Saber se um juiz está levando dinheiro, ou não está levando dinheiro é um problema do corregedor. Agora, saber porque o tribunal leva um ano para fazer isso, saber porque certos tribunais nomeiam filhos de desembargadores, netos de desembargadores para tudo o que é cargo, isso já é uma questão de política. E, portanto, é uma questão seguinte: o juiz do Legislativo é o povo, porque o povo põe ele dentro. Das atuações diretas, é o tribunal que pode fulminar uma lei de inconstitucional. Pois bem, qual é a forma mais importante de você fiscalizar, de você exigir que os juízes tenham um comportamento não corporativo, mas um comportamento público, que eles não se tornem uma oligarquia, como são, mas que eles se tornem de fato um serviço voltado para o povo? É a publicidade. A coisa mais fundamental é a publicidade, porque o Poder mais fechado é o Judiciário e é através do Judiciário, através dessa clausura, é que se fazem os abusos. Então, compra-se não sei quantos automóveis e não se arruma um computador para um cartório. Então, o que eu sugeri foi o seguinte: a cada seis meses, abrir-se-ia uma comissão do Poder Judiciário. Você nomeava deputados, senadores que constituiriam essa comissão e pediriam... Pediriam não. O presidente do tribunal teria que comparecer - aqui em São Paulo, o presidente do Tribunal de Justiça, no Rio, o Tribunal de Justiça de lá, em Brasília, o presidente do Supremo -, ele teria que comparecer e fazer uma relação do Poder Judiciário, como um relatório: "Nestes seis meses a política do Judiciário foi essa". E aí levavam as estatísticas mais importantes e as políticas mais importantes. Aí, abrir-se-ia um período de audiências públicas, em que entidades, sessões da OAB, entidades de direitos humanos, entidades de direito público, sindicatos, movimentos sociais poderiam inscrever pessoas para fazer observações, inclusive perguntas ao presidente do tribunal, que não estava obrigado a respondê-las. Ele não teria que travar nenhum diálogo com ninguém. Ele tinha que *ouvir*. Uma expressão que vem de longe

do direito, não é? O juiz *ouvidor*. Ele teria que ouvir. O simples fato dele ouvir as barbaridades que acontecem no Judiciário, na minha opinião, teria 20 vezes mais efeito do que três advogados nomearem uma comissão para chamarem um juiz para interrogá-lo por causa de um processo, ou de outro processo. Então, através dessas organizações da sociedade, você poderia introduzir no público aquilo que o tribunal esconde, as suas mazelas. E elas teriam uma força enorme. Terminado esse período, a comissão se dissolveria e esses deputados nunca mais poderiam ser membros dessa comissão. Era uma vez *só*. Entendeu? Um mês, dois meses, um mês, talvez. Uma vez só. Então, não teria nenhuma possibilidade de exercer pressão sobre o Judiciário. Ele era um deputado para ficar ali. Também poderiam fazer recomendações a partir do que ouviram. Mas só isso. E o presidente levava aquilo para casa, para discutir com os seus pares a portas fechadas. Depois se esperava que ele fizesse uma colocação. Então, por exemplo: como se resolve o problema de que os presos cumprem a sentença, mas não chega ao alvará de soltura? Bom, isso é um problema administrativo. Um deputado pode fazer um projeto de lei. A partir do que ele ouve ali, faz um projeto de lei. Ou o tribunal, a partir do que ouviu, encaminha ao Legislativo um projeto de lei. Era indiscutivelmente muito melhor.

P.C. - Essa já era a ideia lá da Constituinte?

P.S. - Expliquei exaustivamente ao Márcio, mas o Márcio queria a OAB em cima do juiz.

Christiane Jalles de Paula - Não havia o risco de entrar na burocracia do Legislativo essas reuniões semestrais?

P.S. - Não, não. Era um período curto, era uma comissão especial: x senadores, x deputados, cujos jamais voltariam a isto. Mas, nesse um mês, nesses 15 dias eles estariam presentes nessa comissão com o direito de fazer perguntas às pessoas, não ao presidente. O presidente do Supremo ficava quieto, ouvindo. Só. Isso tudo era gravado, isso tudo era... Enfim, isso são detalhes.

C.P. - Eu penso no futuro. Se fosse institucionalizado, se essa sua ideia tivesse conseguido não só o quórum, mas no final a aprovação também, o senhor não chegou a temer que pudesse vir a ser uma rotina no Legislativo, que esvaziasse o conteúdo da proposta?

P.S. - Toda proposta tem risco, não é verdade? Esse risco existe. Aliás, este risco hoje em dia no Brasil é uma realidade. Esta é uma sociedade em estado de anomia, em estado catatônico.

Tudo virou... Não acontece nada. Basta ver o que está acontecendo no Senado. Agora, a publicidade... Eu estou falando de quantos anos? 25 anos atrás, não é isso? Ou 20 anos.

C.P. - 20.

P.S. - É, 1988 para 2008. 20 anos. Eu estou falando de um outro Brasil, eu estou falando de um outro mundo, eu estou falando de uma outra possibilidade, anterior a essa entrega total do país, a essa resignação brasileira com a regressão neocolonial. Eu estou falando de um tempo em que você ainda tinha forças.

C.P. - Você tinha uma sociedade civil atuante.

P.S. - Em que o PT era um partido popular, um partido socialista.

C.P. - E uma sociedade civil que estava represada pelo regime militar e que naquele momento está começando a ter voz.

P.S. - Exatamente. Então, os meus pressupostos eram esses. Os meus pressupostos eram uma CNBB ativa, não essa CNBB que fica fazendo coisinha de cavaleiro de Cristo e não sei mais o quê. Entendeu? Era uma CNBB para valer. Era uma CUT *CUT*, não uma CUT para referendar o que o governo faz. Era um meio sindical que fazia um 1º de maio de luta, não fazia um 1º de maio de sorteio de automóvel e de apartamento. Então, eu imaginava que ia ter uma dinâmica social forte. Agora, um fator maior era impossível. Mas, o pressuposto da medida era *publicidade*. O juiz não aguenta. Eu sou filho de juiz. Meu pai foi desembargador. Eu conheço o tribunal na palma da mão. Entendeu? O juiz não suporta isso. Aí ele entraria no plenário e diria: "Olha gente, vamos parar com isso aqui!" Eu tenho certeza que aconteceria. Mas o Márcio queria muito que a OAB estivesse presente, que o advogado tivesse mais força, porque o problema dele era outro. O problema dele é, de certo modo, a prepotência do juiz diante do advogado. É isso que ele visualizava. Eu entendo o Márcio, mas é demais. Mas, é inútil. Ele ganhou. Ele era mais forte.

P.C. - Essa era a proposta do substitutivo ao 144. Era essa a ideia? Aquele artigo da Constituição, da Constituinte...

P.S. - De cabeça assim eu não sei.

P.C. - Essa era a ideia que seria do controle daquela época?

P.S. - Isso eu pus no meu relatório e defendi na Comissão de Sistematização e fui derrotado.

J.M. - Eu acho que ao que o Pablo se refere é que houve um grande debate em torno desse artigo 144, que era o que instituíam o que seria na época o CNJ. E perdeu.

P.S. - Claro, claro. E eu dizia: "Gente, isso é bobagem. Não dá". E aí o Tribunal fez um *lobby* contra brutal, tanto que não conseguiram.

C.P. - O senhor lembra de alguns nomes que estiveram nesse *lobby*? Estavam lá dentro do Congresso Constituinte?

P.S. - Olha... Tinha um *lobby* da OAB, cujo comandante era o Márcio. Tinha o *lobby* no tribunal, cujo articulador era o Maurício Corrêa. Os outros eram uns líderes ali...

T.A. - E o MP? Quem fazia o *lobby* do MP?

P.S. - O MP é quietinho nisso. Ele não queria nem... O MP fingiu que não estava acontecendo nada. [Risos] Porque o MP tinha o *script* dele prontinho, me entregou prontinho. O *script* da Conamp, que é conselho...

C.P. - Conselho Nacional do Ministério Público.

P.S. - É, isso aí. Eu estava muito de acordo, porque isso foi uma luta do meu pai. Meu pai foi para o tribunal pelo quinto. Então, isso foi uma luta que eu vi na minha casa. Uma vez me perguntaram: "Onde é que você aprendeu isso?" "No colo, no colo do meu pai". O meu pai ficava na cadeira de balanço, eu ficava no colo e ele ficava discutindo sobre o Ministério Público. Desde que eu era menino. Então, eu ouvi tudo isso. Papai foi quem conseguiu colocar na Constituição de 1946 a menção ao Ministério Público. Ele foi ao Rio, ficou uma semana lá, voltou, me trouxe um livrinho do Rui Barbosa e só se falava nisso na minha casa, do Ministério Público virar um órgão constitucional. Depois eles foram crescendo e eu acompanhei de longe esse movimento. O meu assessor principal lá era o atual secretário de Justiça de São Paulo, o Marrey [Luiz Antonio Guimarães Marrey]. O Marrey me explicou tudo, eu sabia tudo. Inclusive coisas que eu não conhecia e que fiquei *fascinado*, que é a ação civil pública. Eu não tinha ideia. Achei uma coisa fantástica e acho que foi, aí foi um avanço total. O MP tinha, na

minha opinião, o melhor *lobby* ali. Fora o do Supremo, porque aí não dá, não é? Mas, entre os normais, o melhor *lobby* era o do Ministério Público. Muito azeitado, uma perfeição...

T.A. - E o que eles...

P.S. - Eles tinham permanentemente gente lá.

T.A. - O Sepúlveda, nessa época, era o procurador-geral da República. Era ele que fazia essa parte também do *lobby* do MP, ou não?

P.S. - Não, ele fez mais *lobby* do Supremo.

T.A. - O Sepúlveda?

P.S. - É. Fez mais o *lobby* do Supremo. E o capítulo estava muito bem feito, era fruto de vários encontros, era muito sólido, muito composto.

T.A. - Ele já tinha essa visão... Porque, assim, o Ministério Público, antes da Constituição era praticamente o que hoje seria uma GU, não é?

P.S. - É.

T.A. - Ele funcionava para defender os interesses do Estado e, com a Constituição, ele passa a defender os interesses da cidadania, ligados principalmente a essa questão da ação civil pública e tal.

P.S. - Ele se torna um órgão... Na minha opinião, ele é um embrião de um quarto poder, ele é um embrião de um quarto poder. Se ele elegeesse o procurador, praticamente ele era um quarto poder. De modo que eu achei, aí sim... Mas, não tive propriamente maior dificuldade, porque eles fizeram um *lobby* muito bem feito e havia um certo desejo de novidades na Constituinte. Então, aquilo passou.

T.A. - A minha dúvida é... Porque assim, nessa hora no Poder Judiciário, a gente tem de *lobby* os juízes querendo manter esse privilégio - privilégio, ou essas garantias que eles tinham, ou essa falta de publicidade -, enfim, querendo manter o *status quo* até então, você tinha a OAB querendo de alguma maneira interferir, ou fiscalizar um pouco mais o Judiciário, para que essa distância do juiz com o advogado não fosse tão grande...

P.S. - Para o advogado ficar mais horizontalizado, uniforme.

T.A. - Exato. E o Ministério Público nisso? Ele estava buscando essa questão de ter uma participação maior na sociedade, mas a relação dele com o Judiciário... Ele também era a favor desse *status quo*? Ou seja, se mantivesse para ele estava bom. Ele só queria ter mais coisas para fazer. Era mais ou menos esse o cenário?

P.S. - Eu diria que era isso sim. Ele não queria. Esse assunto era um assunto chato... Eles não estavam muito a fim. Mas, olha, foi forte. Eu vou contar para vocês um episódio que para mim foi bem característico do nosso país, característico da sociedade em que nós vivemos, característico do que nós temos que mudar nessa sociedade. O meu parecer na comissão... Eu estou falando na subcomissão. O meu parecer propunha a extinção do Superior Tribunal Militar, porque não tem propósito. A troca de quê? Se é todo mundo igual perante a lei, por que é que tem um tribunal especial? Segundo: a extinção dos juízes paritários da Justiça do Trabalho.

T.A. - Dos vogais

P.S. - Dos vogais. Por quê? Estatisticamente, em 99% dos casos o juiz patronal julgava a favor do patrão e o juiz operário julgava a favor do operário. Se dos dois juízes você já conhece o voto, para quê um terceiro? Entendeu? Então, ganha um dinheirão, aposenta-se um tremendo... Sem nada. Terceiro ponto: cartório. Eu sou contra cartório. Não existe cartório. Que negócio é esse de cartório? Cartório particular é um negócio... Produz que mercadoria? Produz a mercadoria de certificação? Morei nos Estados Unidos muitos anos. Eu comprei uma casa por telefone e vendi a mesma casa por telefone. Aí veio: "Estou gravando a sua mensagem. O senhor aceita x mil dólares pela sua casa da rua tal, número tal?" "Aceito!" "Diga o seu nome, por favor". "Eu, Plínio de Arruda Sampaio aceito a proposta disso daqui". "Pois não, os documentos lhe serão enviados por correio amanhã". "Pum", desligou. Está feita a venda. No dia seguinte o cara depositou o dinheiro na minha conta. Aí chegou um papel, que eu precisava assinar e eu precisava reconhecer a firma. Aí eu fui ao meu professor, na Faculdade de Economia - lá eu fui estudar economia - e falei: "Tom Davis, onde é que tem um cartório aqui nessa cidadezinha chamada Ítaca?" Eu estava na universidade de Cornell: "Onde é que tem um cartório aqui para eu reconhecer a firma?" Ele disse: "Não, aqui não tem isso". Eu falei: "Não, mas eu preciso reconhecer a firma". E ele: "Ah, olha Plínio, ali na administração da Química

tem uma notaria. Você pode ir lá e ela faz". Eu fui com a papelada lá: "Como é com a dona fulana aqui?" "É ali naquela mesa". Cheguei lá a dona Fulana estava com [inaudível] aqui, fazendo negócio, e eu falei: "Dona Fulana, me disseram que a senhora é que é a notaria". "Sim senhor, sim". "É para reconhecer esta firma nesse documento, nessa escritura. *Nessa escritura*". Aí ela falou: "Ah, pois não". Pegou o papel, olhou, pegou um papelzinho assim e falou: "O senhor assina aí". Eu assinei, ela olhou e "tim"! Deu um carimbo, rubricou e acabou. Eu vendi uma casa. Por isso é que aquilo lá funciona e aqui, para você vender uma casa, Jesus Cristo! Fora os cafés e bolinhos no cartório... Isso não tem sentido, isso é um fruto do patrimonialismo do Estado brasileiro. Quem é que tem cartório? O Márcio Braga tem cartório. Então, o *lobby* do cartório era o Márcio Braga que comandava. Era o *lobby* do cartório e do Flamengo. [Risos]

T.A. - Mas do Flamengo não...

P.S. - Do Flamengo é um belo *lobby*. Então, era o cartório. E o último era a justiça agrária. Eu queria que houvesse uma justiça especializada na questão agrária, porque os juízes não entendem o problema agrário. E porque eu não entendo porquê - não entendo porquê - na era do georeferenciamento uma ação de discriminação de terras devolutas demore 30, 40, 50 anos. Hoje é impossível, inclusive... Acabou a tecnologia da guerrilha. Não pode mais ter guerrilha. Outro dia eu reuni uns aí que queriam fazer guerrilha e falei: "Pessoal, não dá". Porque com o georeferenciamento o cara liga o radinho ali e diz: "Olha, o senhor está à esquerda da guerrilha. Pode parar que ela está ali". [Risos]

P.S. - Então, como é que demora 40 anos para julgar uma causa? Isso é um atraso do país. Por isso é que o país é atrasado. Bom, era tamanha a pressão, o interesse etc., que não pôde ser feito na sala da comissão. Precisou escolher uma sala, a maior que tinha. E ela estava *assim*. Mas, uma coisa maluca. Aí começamos a discussão. Então, começamos: "O relator ponha o seu ponto de vista". Eu pus. Aí, palavra dos deputados: um, dois, três, quatro, cinco, seis... Porque aí, todo mundo quer falar para o *lobby*. "Então, primeiro tal e coisa... O Superior Tribunal Militar". Argumentei e aí foi um, dois, três: "O nobre relator que me perdoe, mas isso é um absurdo. O que é necessário é uma especificidade..." Desfile de oradores. Há votos. "Pum", perdeu o relator. Sai assim um grupinho de oficiais à paisana, muito delicados, muito cuidadosos. Foi embora o *lobby* deles. Aí põe os cartórios. Aí foi um desfile total. O Márcio Braga foi mandar uma torcida uniformizada. Só faltou bandeira do Flamengo. Mas, foi uma

loucura e tal. Bom, aí ganhou, é claro. O relator foi derrotado: "É fundamental o cartório. Sem cartório este país não funciona. É impossível. Nem sei como é que os Estados Unidos funcionam, porque aqui não funciona". Bom, resultado: ganhou. Entre urras: "Aaaah...", como *gol*. "Aaaaah"... E saíram todos correndo. Aí deu um espaço grande, ficou bom, ficou legal. Saíram os dos cartórios. Aí vieram os juízes classistas. Nos juízes classistas eu fui no Lula: "Lula..." - que era o meu líder - "Lula, isso é uma vergonha". "É uma vergonha, é muito vergonhoso..." "Mas, Lula, vamos?" "Mas, não, eu estou ocupado... Eu tenho um problema aí...". Não entraram. Os líderes sindicais do meu partido não queriam nem ouvir falar de tirar o juiz vogal. Bom, foi o coitado do relator sozinho lá. Tomou um coro danado: "Não entende nada de direito trabalhista. É fundamental a voz de quem entende. É o empresário que entende o empresário, é o operário que entende o operário. Como é que o senhor quer que um juiz...?" Bom, o juiz, então, devia entender... Só o assassino devia julgar o assassino, porque quem vai entender o assassino, é o assassino. Aí, o coitado do relator argumentou o que pode e perdeu: "Uooooooooh", outra torcida saiu, saiu todo mundo. Os bailes de Brasília naquela noite pulavam de vender chopp e tal. Saiu todo mundo. Nisso, eram três da manhã. Duas da manhã. Havia três pessoas na plateia. Três. Três líderes camponeses, que estavam esperando para julgar a única emenda que dizia respeito a mais de 60 milhões de pessoas. E foi esse o meu discurso perante coleguinhas muito... O meu discurso dizia: "Olha a imagem do Brasil. A imagem do Brasil foi mostrada hoje aqui. O interesse de uma corporação militar, o interesse de uma corporação patristica, heráldica - porque é tudo filho de gente importante, você não vê bando de cartório... - foi embora, a aristocracia sindical foi embora e 60 milhões de brasileiros ficaram três pessoas para assistir". E, obviamente fui derrotado. Então, eu quero dizer para vocês que a minha experiência na Constituinte é, sob certo ponto de vista, bastante amarga, porque ela foi muito reveladora do que é o país. Quer dizer, é uma espécie de uma... No entanto, a Constituição é louvadíssima, como a Constituição mais avançada. E é a mais avançada, porque não vai ser cumprida mesmo. Porque aqui tem três situações de relação à Constituição. Tem os que cumprem a Constituição - eu imagino que eu esteja sentado junto com todos que cumprem a Constituição -, tem os que não cumprem a Constituição, porque o Estado não tem coragem enfrentá-los, e tem os que não cumprem a Constituição, porque nem sabem que ela existe e são vilipendiados nos seus direitos, sem que consigam fazer... Falei para vocês não virem me entrevistar. [Risos]

T.A. - Não, está bom. E depois que passa esse período da Constituinte, o senhor ainda continua como deputado e aí se afasta um pouco dessa questão do Judiciário, ou não?

P.S. - Não é. Eu não sou propriamente um homem do Judiciário. Eu comecei a minha carreira como promotor público, porque eu queria casar. Era um concurso ótimo. Eu era muito estudioso, tinha muito boas notas e eu tinha certeza de que eu passaria. Eu estava louco para casar e era um ordenado bom. Então, eu fui para lá. Um pouco porque meu pai era promotor, na minha casa só se falava nisso e tal. Mas, logo em seguida eu fui atraído pela política. Logo em seguida, porque meu pai foi nomeado secretário da segurança aqui, eu vim para o gabinete dele para ajudar e depois já o Carvalho Pinto queria que eu ajudasse na campanha dele. Eu fui com o Carvalho Pinto. No Carvalho Pinto eu já fui secretário de Planejamento, fui para o Palácio. Dali eu saí para o Congresso, do Congresso eu saí para o exílio e do exílio eu já voltei...

P.C. - Na Constituinte...

P.S. - Então, na verdade, eu sou um homem muito mais dedicado à questão agrária, à reforma agrária, à questão sindical, muito mais das lutas populares.

C.P. - E nesse ponto o que fez o dr. Ulysses pensar no seu nome para a relatoria?

P.S. - O Brasil. O Ulysses é da minha turma. Eu chamava ele de "você", porque nós tínhamos sido colegas. Embora ele fosse da geração do meu pai, nós fomos colegas em 1954. Então, quem ele conhecia no PT era eu. Bacharel, o PT não tinha bacharel. Só o Plínio que é bacharel. No PT só o Plínio é que foi deputado. Esses barbudos daí não... Aí, "pá": "É o Plínio". É isso. Aí, ele foi ao Lula e disse: "Vocês têm direito a uma relatoria, mas eu só nomeio se for o Plínio". "Ah, tudo bem". [Risos]

P.C. - Então, depois, quando voltou o debate da criação do Conselho Nacional de Justiça mais recentemente esse seu projeto não foi nem aventado? Não chegou a ser discutido?

P.S. - Nem aventado. Não, isso ficou... Sabe o chamado "mau passo"? "É melhor esquecer isso daí. Esse rapaz teve essa ideia, mas não tinha pego". E ninguém discute o meu projeto. E eu o considero o melhor. E quero dizer e reiterar, agora perante as câmeras da documentação, que foi *aprovado*. Ele não conseguiu o quórum. Eu acho que era um assunto para vocês, que estão nisso, de vocês considerarem com mais cuidado, porque isso seria muito importante. O

Judiciário ganhou uma força enorme nessa Constituição. É inegável. Eu acho que o que houve de pouco de avanço social veio pelo Judiciário. Não por mérito meu. Isso é muito claro. Não é mérito meu não. Eu ali reunia... Tudo o que eu na verdade desejava não foi... A justiça especial, essa por exemplo... *Esse* eu fiz um esforço grande, fui contemplado, aprovaram. Mas, por exemplo, isso já devia estar em um grau de execução *muito* maior. Eu propus isto como uma forma na verdade de dinamização, de transformação do Judiciário, em que você pusesse o povo muito mais na judicatura, associasse o povo. Aí é um pouco a ideia do juiz natural, essa ideia de que quem julga o povo é o povo.

T.A. - Na Inglaterra é assim, não é? Para determinados tipos de conduta são pessoas da sociedade que exercem ali o papel de...

P.S. - Da sociedade. Mesmo a ideia do *grand jury* nos Estados Unidos é um pouco isso. Você primeiro é julgado pelo povo. Se eles acharem que você tem culpa mesmo, aí você vai para o juiz. Porque aí é o técnico que dosa a penalidade, etc. Mas, quem diz se você deve alguma coisa à Justiça é o povo, é o jurado. Eu sou muito fã do jurado. Eu acho o jurado, o júri, uma instituição importantíssima. E esse juizado especial seria um prolongamento desse tipo de justiça, porque como a sociedade é brutalmente desigual, é muito difícil mesmo um homem da nossa classe social perceber o prejuízo que sofre uma pessoa do povo, quando sofre um ataque no seu direito. Por exemplo, nenhum de nós tenderia a discutir no Judiciário, se comprasse um ferro elétrico e ele viesse com defeito. Nenhum de nós, porque um ferro para nós é um [inaudível]. Outro dia eu fui a um lugar discutindo a brutalidade que são as prisões brasileiras. Aí uma senhora do povo, bem do povo, bem humilde me disse: "Então, dr. Plínio, eu estou de acordo com o senhor, mas tem uma coisa: por que é que eles queimam os colchões? Toda hora queima colchão e ganha colchão novo. O senhor sabe que eu estou há três meses economizando para comprar um colchão? Porque dormimos em um colchão só eu, o meu marido e um menino, meu filho de 14 anos". Ela não tinha dinheiro para comprar *um* colchão. Então, essa é a justiça que pode entender o que é um prejuízo desse tipo. Agora tem e é um sucesso. É um sucesso. Mas é muito pouco, muito pequeno. Devia ser muito mais, muito mais. Porque isso seria uma revolução democrática. Isso seria democrático. Tanto que eu não falei em pequenas causas. Eu acho que talvez seja o único texto da Constituição que eu escrevi com a minha mão, porque o resto tudo eu via lá, o Marrey fazia, os outros faziam, tira aqui, corta ali. Entendeu? Mas, quem desenhou mesmo em uma noite com calma, com prazer - foram esses dois artigos. Eu tenho

grande ternura por eles. Eu é que inventei essa coisa de "pequeno poder ofensivo". Eu achei legal. [Risos] Quer dizer, infrações de pequeno poder ofensivo: um deu uma porrada na cara do outro, ou passou com a bicicleta em cima do pé de alguém. Isso não é uma ofensa grave. Isso no bairro ali você decide. Agora, um homicídio não. É uma outra coisa. Tem que cuidar. Vocês leram o artigo que eu escrevi sobre a Constituinte, dos 20 anos?

J.M. - Temos.

P.S. - Toda vez que eu fui convidado para falar daquele artigo... A última vez, no Rio Grande do Sul, eu até contei uma história. Vocês conhecem uma história famosa do sujeito que ia casar? Chegou na hora do casamento, ele e a mulher, a noiva, os noivos, os parentes, tudo ali, e aí o padre disse aquelas palavras: "Se alguém aqui tiver alguma coisa contra esse matrimônio, fale agora ou cale-se para sempre". Aí levantou um sujeito lá e disse: "Eu tenho". Parou todo mundo, olhou para o cara: "O que é que tem?" "A noiva não é virgem. Está de branco, mas não é virgem. O noivo, ó, não funciona. A mãe da noiva é uma sem-vergonha e o pai..." Aí, nessa hora, a mãe do noivo virou e disse: "Fulano, eu não disse para você não convidar o Carlos Lacerda?" [Risos] Então, toda vez que me convidam eu digo: "Olha, pessoal, eu sou um Carlos Lacerda nisso daí". Porque foi um oba-oba nos 20 anos. E eu falei: "Não, espera um pouco. Não tenham essa visão". Aquilo foi uma grande *ilusão*, uma enorme ilusão do povo brasileiro, em que eu caí. Eu também caí. Todos nós caímos.

T.A. - Mas não é com a ilusão que começam os grandes atos?

P.S. - É possível até. É possível. Mas foi uma grande ilusão, porque nós fizemos uma Constituição reformista, uma Constituição social-democrática em uma ocasião em que já não tínhamos mais condições de sequer pensar na socialdemocracia. Ela já era inviável. Isto era em 1989. Já tinha o Reagan e já tinha a Thatcher. A dinâmica da desarticulação do Estado de bem-estar social já estava em plena marcha, inclusive no Brasil, porque durante a Constituinte a nossa indústria de computador foi à glória. O Sarney entregou. Mas nós estávamos querendo montar um Estado nacional. O melhor capítulo daquela Constituição foi feito pelo Severo Gomes, na minha opinião o melhor senador. O senador mais completo que eu vi foi o Severo Gomes, que fez o capítulo do poder econômico. No que é que ele consistiu? Em um Estado nacional na hora em que não tinha mais condição de fazer Estado nacional na periferia. Não tem mais condição. Na periferia do sistema não há mais Estado nacional. Mas nós estávamos

todos iludidos. Quando eu fico assim meio deprimido por estar iludido em uma ocasião dessas eu lembro que o Florestan Fernandes, que era muito mais preparado do que eu, também se iludiu. Fez um artigão, dizendo: "Vamos mudar..." Porque foi uma coisa estranha aquela presença de povo lá, que ninguém esperava. Ali foi um negócio bonito sob certo ponto de vista...

C.P. - É, foi um momento de intensa participação.

P.S. - *Intensa.*

C.P. - O número de emendas populares, a quantidade de assinaturas que se conseguiu para uma série de propostas. Foi muito... Eu acho que tinha um...

P.S. - Foi um lampejo.

C.P. - É. Tinha alguma coisa.

T.A. - E vocês se comoveram com essa participação popular, então?

P.S. - Ui, eu então estava comovidíssimo.

T.A. - Porque às vezes você pode ter a participação, mas não necessariamente você tem uma sensibilidade, não é?

P.S. - As nossas conversas... E eu conversava pouco, porque o Judiciário não é um assunto que o povo tivesse assim...

C.P. - Mas a ideia de que precisava-se reformar, já não era um pouco por conta dessa mobilização, de que a Justiça brasileira precisava...

P.S. - Era.

C.P. - ... ter canais para essa mobilização que vocês assistiam?

P.S. - É, isso me animou muitíssimo. Nossa. Mas eu digo, o interesse maior era: educação, saúde, criança. Esses eram os grandes interesses. Habitação. O Judiciário tinha também, mas não era tão forte quanto os outros. Os outros é que eram prementes. E a gente fazia reuniões com essas delegações e, nesse sentido, foi muito rico o processo. Isso foi. Agora, o que eu noto é o seguinte: você tinha... É muito curioso, porque o mundo inteiro está para um lado e o Brasil

está para o outro. A nossa Constituição puxa contra a história. Contra a história. Como é que isso foi possível? Isso foi possível porque você tinha uma burguesia nacional que não sabia o que fazer. Ela não sabia para que lado ia. Porque a mudança do Reagan e da Thatcher, a mudança neoliberal tirou a sustentação dela. Ela era uma burguesia, que estava construindo um Estado nacional, porque este era o grande movimento do capital neste momento, no pós-guerra. Era a construção de Estados nacionais. A competição entre as grandes multinacionais e entre os países se dava através desse processo de construção nacional. Então, a nossa burguesia entrou nisso. Parte dela, porque parte dela sempre foi contra mesmo. Mas a parte mais dinâmica acertou com a burocracia de Estado, acertou com a classe média e fizeram esse processo. Isso já estava, em termos de possibilidade, virtualmente liquidado. Nós não pudemos é perceber. Ninguém percebeu. Nós não tínhamos uma liderança política capaz de perceber o que estava acontecendo com o país, nem na direita, nem na esquerda. Agora, como eles bobearam, vacilaram, o povo entrou, deu um ânimo para nós incrível e nós ganhamos votações, que não imaginávamos que pudessemos ganhar. E ganhamos.

J.M. - Como por exemplo?

T.A. - Por exemplo?

P.S. - Como, por exemplo, todo o capítulo da economia. Todo o capítulo. Era tamanha a confusão da direita, que aquele Albano Franco, que era presidente da confederação...

C.P. - Confederação Nacional das Indústrias.

P.S. - ... votou pela nacionalização dos postos de gasolina. Uma confusão ali. [Risos] Ele votou: "Mas o que é que eu votei?" "Votou nisso, meu". Aí o cara: "Não! Senhor presidente, eu me enganei!" "Ah, aqui já votou. O voto já foi". Aí ele saiu pelos jornais a dizer: "Me enganaram". Naquela confusão estava confuso...

C.P. - Isso aconteceu também no Judiciário?

P.S. - Não, que eu me lembre não.

T.A. - Como foi a participação...?

P.S. - O Judiciário era mais tranquilo. Nas outras lá era uma loucura de gente e tal. A minha era uma sessão muito educada. Era só um juiz, um promotor e um advogado.

C.P. - As corporações ainda atuavam bem, não é? Cada um sabia bem qual era o seu papel.

P.S. - Um bando de gente muito fina.

T.A. - Como foi a participação...? Porque nessa época o ministro Nelson Jobim era constituinte também, pelo Sul.

P.S. - É, eu ainda acreditava nele. Essa era uma outra coisa.

[Risos]

T.A. - Como foi a participação dele, a atuação?

P.S. - Ele não usava farda naquele tempo. [Risos] E também não apareceu lá de toga. Ele foi um constituinte muito forte.

T.A. - Ele representava quem? Porque na época ele era deputado, mas ele também vinha da advocacia.

P.S. - Ulysses Guimarães. Imperador do Ulysses Guimarães. Eles jantavam toda noite no Piantella.

P.C. - Na mesinha lá do canto.

P.S. - É, na mesinha. Jantavam toda noite lá. Eu de vez em quando ia lá para provocar. Mas, eles estavam sempre lá. Ele era da turma. Entendeu? Agora, ele conhece direito, sem dúvida. É um operador e tal. Eu diria que ele tinha uma posição bem melhor do que ele exerceu depois. Depois ele piorou *bem*.

T.A. - Dá um exemplo do que era melhor e porque é que piorou, para a gente ter um...

P.S. - Olha, por exemplo: a medida provisória. Eu embarquei na medida provisória, porque isso era a menina dos olhos dos nossos assessores constitucionais, que era o José Afonso, que era assessor do Mário Covas - mas ele emprestava para todo mundo e eu o usava dia e noite -, o Bandeira, o Geraldo Ataliba. É tudo gente do meu grupo, tudo meninada que foi meu assessor. Imagina! Então, eu conhecia e eu ficava... E eles tinham loucura pelo negócio da

medida provisória, porque nós tínhamos uma ideia de fazer... A coisa era parlamentarista. Tanto que o Tribunal Constitucional é tipicamente uma instituição jurídica de um regime parlamentarista, não é? Eu sabia que o outro lado estava indo para o parlamentarismo, eu era parlamentarista e tal, montando dessa maneira. Aí foi a virada do Centrão, que deixou esse monstrengo, que não é nem parlamentarista, nem presidencialista. Então, nesse contexto, cabia uma porção de coisas. E o Jobim jogava muito nisso. Pois bem, quando nós fizemos a medida provisória, que o Sarney fez o que eu considero uma fraude, mas que virou lei, porque é feita diariamente. Você faz a medida provisória, em 30 dias ela se esgota e aí você edita a mesma com outro número. É inacreditável. Só no nosso país, gente! Olha, nem no Paraguai acontece isso. No entanto, o que é que acontece? Quando isso aconteceu, foi um escândalo e eu fui nele: "Como é Jobim?" "Isso é um absurdo! Isso não tem propósito e tal..." E nós dois propusemos um projeto de lei para acabar com isso. Mas, depois, o Supremo aceitou. É incrível, o *Supremo* aceitou. Não podia aceitar. Isso é uma burla. Isso é uma evidente burla. No entanto, virou. Então, o Jobim tinha posições melhores. Tinha posições melhores.

C.P. - E quem mais? Quem o senhor ali na subcomissão lembra que tinha posições mais progressistas?

P.S. - Mas, o Jobim não era da minha subcomissão, não. O Jobim era uma espécie de vice relator-geral. Ele estava lá junto com o Cabral, com aquele pessoal lá. Ele era um articulador muito importante do PSDB.

T.A. - PMDB, não?

C.P. - E na comissão?

P.S. - Na comissão...

C.P. - Na subcomissão para ser exato.

P.S. - O presidente era um grande cara. O José Costa. O José Costa era um sujeito muito correto, muito direito, entendeu? Um MDB de luta, um MDB da luta pela redemocratização etc. Ele ajudou bastante, ajudou bem. De maneira geral, o pessoal era bem razoável. Assim de cabeça, eu não sou muito bom para lembrar dessas coisas. Mas não tinha nenhum prócer político importante. Lá não tinha mais. Eram deputados médios, não eram os cardeais.

J.M. - Vamos fazer uma pequena pausa aqui.

[INTERRUPÇÃO NA GRAVAÇÃO]

P.S. - Eu acho que eu já falei até demais.

P.C. - Não, tem muita coisa.

P.S. - Tem muitas coisas?

P.C. - Poxa, com certeza.

P.S. - Isso faz 20 anos. E essa Constituição já acabou. Ela não existe mais.

T.A. - Mas...

P.S. - Eu sei. Na pretinha, ele vai na pretinha. Você pode ter certeza.

C.P. - Mas aí, então, a questão de reformar o sistema de justiça no Brasil seria uma questão só de cima para baixo, só da mecânica das instituições, de uma engenharia institucional? Ou seria uma questão de cultura, de cultura política, de cultura cívica, mais do que política?

P.S. - Olha, vocês estão trabalhando em um esquema. Eu tenho um outro esquema. Compreende? O meu pensamento político... Eu sou um socialista. Para mim a sociedade burguesa é uma sociedade opressora. Então, o sistema de direito dela é um sistema opressor. O que eu fiz lá foi tentar democratizá-la um pouco. Mas, a cultura é fundamental e esta é uma cultura elitista, que o da elite admite e o oprimido também admite. Eu, quando cheguei ao Brasil do exílio, eu fui nomeado professor da FGV, da Getúlio Vargas, no curso de economia. E eu então fui dar aula lá. Mas aí o burocrata lá disse: "Olha, mas você precisa da carteira de trabalho". Eu falei: "Como é que pode isso?" "Tem que tirar a carteira de trabalho!" Eu falei: "Está bom. Onde é que tira a carteira de trabalho?" "É em tal e tal lugar". Eu cheguei lá e tinha uma fila de praticamente um quarteirão. Tudo menino de 18 anos, 19 anos tirando carteira de trabalho. E eu fiquei no fim da fila, porque sou um democrata. Eu vou para o fim da fila. Aí o cara olhou, o guarda lá de longe olhou assim, viu aquele doutor ali de pé, veio devagarzinho... [risos] O engraçado é que ele veio bem devagar ao meu lado e disse: "Doutor, para falar com o juiz, o senhor sobe". Eu falei: "Não, não, eu estou aqui na fila..." "Mas o senhor está na fila?" "É que eu vou tirar a carteira de trabalho". "Mas o senhor perdeu? Aí fala com o despachante".

Eu disse: "Não, não. Eu vou tirar mesmo". Aí ele me olhou, não é? Falou: "Ué, aqui tem alguma coisa que não está certa. Um doutor tão bem vestido, simpático, um homem saudável". Ele foi para lá, de lá ele me olhava. Aí ele veio e me trouxe uma cadeira. A fila inteira em pé e ele trouxe uma cadeira para mim. A troco de quê? A troco de quê? Eu era um homem de 45, 48 anos. Com a molecada, eu parecia um... [risos] Bom, aí ele chegou e disse: "Doutor, o senhor pode passar para lá". Eu falei: "Não, meu amigo. Deixa eu explicar para você. Eu estou tirando a carteira, porque eu fui cassado". Quando eu falei que eu fui *cassado*, ele falou: "Ai, ai, ai, ai, ai". Mas ele ficou simplesmente apavorado. E saiu correndo. [Risos] Eu fiquei com a cadeirinha, levando a cadeirinha. É um país... Isso não pode. Isso é um país... Isso é que nós precisamos mexer. Eu estou falando com a mocidade, aí aproveito. Quer dizer, a cultura brasileira é na verdade incompatível com aquela beleza que nós escrevemos lá no artigo 5. Aquilo não vale senão para nós. Não vale para um grande banqueiro, porque ele simplesmente não toma conhecimento daquilo. E não vale para o homem do povo, porque a instituição não respeita. Esse é o problema do país. Isso está todo dia no jornal. Essa é uma coisa fantástica. 300 anos de escravidão e depois mais 150 anos sem reforma agrária desenvolveram um tipo de sociedade em que... Outro dia quem escreveu muito bem sobre isso foi o Schwartz, o Roberto Schwartz. Desenvolveu a chamada cultura do favor. A cultura do favor é terrível. É o que explica, por exemplo, o quadro de hoje. É uma cultura do favor. Tem 11 milhões de famílias que recebem um favor do Estado todo mês. Eu vou contar para vocês o que é a cultura do favor. Eu estou mudando para essa casa. Essa casa aqui, eu acabei de mudar para cá. Mas eu morava em uma outra casa e lá tínhamos - uma sociedade muito civilizada - quatro guardas, dois de dia, dois de noite. Então, os vizinhos cotizavam ali, como aqui. Tem uma guarita e tal. Um dia eu estou chegando e tinha um guarda novo: "Olha Doutor, eu sou o guarda novo, porque substituí o senhor fulano". "Pois não, muito bem". "Meu nome é João, doutor". "Pois não, muito obrigado, senhor João". Então, entrei. Aí, uns 15 dias depois eu cheguei de carro, ele ficou ali para ver eu entrar. Aí ele disse: "Doutor, por favor. Me disseram que o senhor é deputado". Eu disse: "É, eu sou deputado". "Ah, então o senhor é político, não é?" "É, eu sou político". Ele disse: "Doutor, eu preciso de um favor". "Pois não, qual é o favor que você quer?" "Eu sou do Alagoas, doutor. O senhor sabe... Eu não tive culpa nenhuma, doutor. Pegou uma bala aqui e ela está aqui, encravada. Ela está parada, não está me incomodando, mas um amigo meu me disse que se ela mexer, eu morro na hora. O senhor não consegue para mim que eu tire essa bala?" Qual foi a resposta da elite brasileira? "Claro. Me dá o seu nome aí". Liguei para o

Hospital das Clínicas. Evidentemente eu tenho um médico amigo no Hospital das Clínicas, porque não é possível você ser deputado no Brasil sem ter um amigo no Hospital das Clínicas. Eu digo: "Fulano, olha, eu tenho um amigo meu aí que eu quero você opere". "Ah, pois não. Manda ele aqui Plínio". Mandei. Chegou lá, o cara ficou um mês, ou dois sem aparecer. Dois meses depois eu cheguei e ele está lá, no posto dele de guarda. Aí eu cheguei, ele se aproximou e disse: "Doutor, queria agradecer o senhor". "Não precisa". "Falei o nome do senhor e ó, todo mundo conhecia". É mentira, mas a gente também aceita: "Ah, pois não. Ótimo, muito bom. Ah, está bom, está bom. Muito obrigado" e tal. Fui entrando e ele: "Doutor, em particular. Ô doutor, eu sou homem para qualquer negócio, viu? O senhor é político, não é? Eu sou homem para qualquer serviço". O que ele disse para mim?

P.C. - Oferecendo serviços.

P.S. - Ele disse: "Eu pago. Se o senhor precisar, eu pago isso em um trabuco". Porque ele falou. Agora, veja, veja a psicologia da massa. Esse homem, quando me pede um favor, ele é um cidadão isolado diante do Estado. Ali tem um poderoso que fala com o Estado. Ele fica por baixo e o poderoso fica por cima. Quando ele diz que ele é homem para qualquer serviço, ele diz o seguinte: "Dar tiro nos outros, o senhor é uma negação. Eu sou bom". Ele iguala. Não é um traço ruim de caráter, é uma busca de dignidade. Vocês perceberam que é terrível isso? É uma busca de...

T.A. - É uma maneira que ele tem de se sentir útil em um lugar em que ele está totalmente excluído, não é?

C.P. - E de se igualar.

P.S. - E de se igualar. Ele igualou. Ele disse: "Nesse negócio aí o senhor é um zero à esquerda. Para conseguir a coisa aí o senhor é um cobrão". É fantástico. Então, isso é que precisa mudar. Isso não é a Constituição que muda. Isso é a revolução, é o povo. Isso é a democracia, isso é a República. Entendeu?

T.A. - O Judiciário participaria dessa mudança? Porque, por exemplo, com a implementação dos juizados especiais, você teve na verdade a descoberta pelo próprio Judiciário de uma demanda reprimida, que era uma série de pessoas que nunca chegavam ao Judiciário, porque não tinham condições de pagar advogado, de achar que realmente o caso dela era pequeno,

enfim... E com os juizados especiais, você aumentou a demanda, o que traz um outro problema para o Judiciário, que continua não conseguindo resolver as demandas. Talvez melhorando essa administração, ou seja, se não demorasse 50 anos para julgar um caso de questão agrária, se não demorar um ano para distribuir uma ação, a própria população vai se conscientizando do direito, porque ela é carente disso.

P.S. - Não, isso é importante. O que eu quero dizer é o seguinte: não é um... Vem a parusia, o socialismo. Não, não. É um processo, é uma luta. Tanto que eu faço muito isso. Me dediquei a melhorar o Judiciário da burguesia. Fiz um esforço brutal para ver se melhorava. Acho importante, porque, por exemplo, hoje a posição do promotor público na sociedade é outra coisa. O povo percebeu que ali tem um recurso para ele e vai em cima.

T.A. - A própria criação da Defensoria Pública com a Constituição.

P.S. - É ótimo também. Isto também estava lá. Isso foi um outro *lobby* muito bem feito por eles. Achei ótimo.

T.A. - Quem é que fez o *lobby* da Defensoria?

P.S. - Um deputado chamado não-sei-o-quê Abreu. Ele foi o que defendeu e tal. Eu achei muito útil. Pusemos, foi aprovado e eu acho que é uma instituição importante e que precisa ser...

P.C. - A OAB não esperneou nessa hora?

P.S. - Um pouco. Um pouco. Eles fizeram lá e tal. Eu me lembro que um dos diretores da OAB disse para mim: "Plínio, você tem uma ideia equivocada de advogado. Os advogados hoje são trabalhadores, são assalariados. Não são mais aquele profissional liberal que você conheceu, que tinham escritório" e tal. Me lembro dessa argumentação. Agora, a briga mais feia que eu tive foi com os meus próprios colegas da AGU, porque eles não queriam separar de jeito nenhum. Eu disse: "Não dá, você não pode ser promotor e advogado. Isso é impossível. Você não pode ter esses poderes brutais que tem um promotor hoje". Outra coisa que eu perdi e aí perdi para o Ibsen Pinheiro. Eu dizia o seguinte: promotor não pode se candidatar, não pode ser político, como o juiz não pode. Agora, eu não tinha moral nenhuma, porque eu era promotor e fui deputado federal... [risos] Fui deputado a vida inteira. Toda vez que eu falava com o [inaudível]: "Não, não, o fato que eu estava errado, não quer dizer isso não. Nós estamos aqui

para corrigir. É um erro. Eu não devia ter sido". É verdade que naquele tempo não tinha os poderes que tem hoje. Entendeu? Mas com esses poderes imensos, que você entra em uma empresa, entra em um... É fantástico o negócio. Eu nunca atuei nisso, não sei como é que é. Mas é fantástico. Você chama e eles vem. Ele intima o cara a aparecer. É fantástico. Mas aí: "Você quer cassar o Ibsen?" O Ibsen era promotor e líder do MDB, não é? Líder do Ulysses. E o Ibsen foi lá na reunião para defender. Aí perdi também. O que é um erro. Mas parece que ficou...

T.A. - Agora voltou. Agora é proibido.

P.S. - Ah, pois é. Isso foi bom.

C.P. - O Conselho proibiu.

P.S. - Isso foi bom. Isso foi *bom*, porque não pode.

P.C. - Você chegou a acompanhar algum trabalho mais recente do Conselho Nacional de Justiça, desse que foi criado? Não da forma como era a sua proposta, mas da...

P.S. - Da forma que está?

P.C. - É.

P.S. - Não, não acompanhei.

P.C. - O Conselho hoje, com base no 37, da Constituição - do princípio da publicidade, da transparência, da eficiência, da desnecessidade do advogado de ficar em tribunal administrativo -, no Conselho não se exige advogado. No Conselho Nacional de Justiça, como está hoje, qualquer um pode chegar e peticionar. Só precisa colocar uma cópia de um documento, de comprovante de residência, ou até pode enviar uma denúncia anônima e o Conselho pode instaurar de ofício um processo. As corregedorias do Judiciário não funcionam, porque é um par julgando um par e tem aquele problema do corporativismo que fica fechado. Essa composição mista do Conselho, que tem representantes da OAB, representantes do Senado, da Câmara...

P.S. - Do Ministério Público.

P.C. - ... dois do Ministério Público tem condenado muitos juízes - inclusive à aposentadoria compulsória, que é a pena máxima; infelizmente a pena máxima é a aposentadoria compulsória, que se pode dar -, tem criado, por exemplo, o cadastro nacional de adoção, o cadastro nacional de improbidade administrativa, de condenados por improbidade administrativa, os mutirões carcerários, para soltar as pessoas que já tem pena cumprida e não tem um advogado que vá lá buscar o alvará de soltura dessa pessoa...

T.A. - A questão do nepotismo.

P.C. - Tem a questão do nepotismo. O Conselho... Por ser um órgão enxuto - e ele é muito televisionado e inspecionado por atores do Judiciário, seja a OAB, seja o Ministério Público, seja a própria população através do Senado e da Câmara ali -, ele tem conseguido fazer um trabalho bastante importante para a mudança do Judiciário, mesmo com uma estrutura diferente daquela proposta, da sua proposta. Você acha que hoje esse modelo que está aí, com essas realizações que tem feito, o ideal seria que ele fosse modificado para um modelo como aquele que era da sua ideia? Ou se esse parece que está...?

P.S. - Não, eu acho que no que você está me dizendo tem um certo avanço, *porque tem uma certa publicidade, não é?* Qual é a força disso? É o fato de que o juiz está junto com o advogado, junto com ele em um mesmo pé de igualdade.

P.C. - Sim. E gente filmando...

P.S. - Ali complica um pouco para ele. É real isso. Mas eu andei vendo no jornal... Já não surgiu um problema lá de vantagem para algum daqueles juízes, que teve que devolver e não sei o que lá? Não teve?

P.C. - Não...

P.S. - Não teve há pouco tempo atrás no jornal qualquer coisa que não estava certa lá, que seria um certo privilégio? Salário...

P.C. - Não, teve uma questão que era... Não se sabia se pagava a diária ou se pagava avião, transporte. Acho que foi isso. Aí se definiu que seria a passagem e não a diária, porque não tinha um modelo. E uma vez definido o modelo, depois eles optaram por esse, o que foi antigo. O que foi além, eu acho que eles devolveram. Não sei como ficou essa questão. Mas, isso é só

por uma questão de estruturação, porque os conselheiros - a maioria -, eles são de fora de Brasília. Diferentemente do Supremo e do STJ, que residem lá, os do Conselho ficam pelos estados. Então, que eu saiba, tinha sido essa questão.

P.S. - É que burocracia é sempre burocracia. Você veja no Congresso: quando eu fui deputado pela primeira vez, não tinham nem sala. A gente ficava no plenário. O partido tinha umas duas ou três salas que deviam ser do tamanho desse espaço em que nós estamos aqui, dividido. Do partido, comum para todos. Agora, dessa vez em que eu fui lá, tem vaga no coisa, tem apartamento funcional... É uma loucura. E poder mesmo tem muito menos do que eu tinha quando era deputado em 1954. Muito menos. Mas, em compensação, é cheio de ouropéis. Então, o meu medo nesse Conselho é isto. Cria-se uma burocracia, vai ter um diretor geral que vai decidir isso, não é? Aí o cara vai chegar e dizer: "Olha, a minha mulher quer vir junto. Sabe por quê? Porque ela está com problema de pedras nos rins. Então, eu preciso e tal... Tira uma passagenzinha para mim?". Quando você vê, está o Sarney. Então, eu sou contra. Agora, eu imagino que tenha feito avanços. Não há dúvida. É melhor do que nada. Não tinha nada. É melhor. Mas que vai ter problema, vai. Você pode anotar. Eu, se tivesse condições, modificaria. Modificaria, não deixaria isso assim. Tem que abrir as coisas para o povão, tem que abrir as coisas para o povo. Porque aí ainda é uma corporação. Você percebe? Ninguém ali rasga uma nota de 100. Ninguém dos que estão presentes. Por exemplo, esse é um problema... Todos esses conselhos acabam sendo fonte de cooptação. Cooptam esses conselhos tutelares, da criança, não sei o quê, e vira uma politicagem... A tua tese é a mais fundamental. A coisa mais importante é a cultura. É a cultura política que faz as instituições funcionarem. Por exemplo: hoje a gente fica bobo de ver como tem escândalo no Judiciário, não é verdade? É uma coisa assim incrível. Olha, eu acompanhei durante muitos anos o Tribunal de São Paulo. Era um rigor. Um rigor! Nós nunca usamos um automóvel do governo. Mas, nunca! Nunca. Nem passava pela nossa cabeça. Entendeu? Agora não. Agora todo mundo tem, o filho tem carteira corporativa, que gasta naquela coisinha ali. É um absurdo. Então, os tempos são outros, sem dúvida.

P.C. - Auxílios, carros, auxílio não sei o que...

P.S. - Pois é, não tinha necessidade. Eu acho a rigor, por exemplo, que o desembargador não precisa ter carro.

P.C. - Mora na capital. Nem auxílio moradia.

P.S. - Mora aqui. Entendeu? Nem auxílio moradia. O que é isso? E, no entanto, cada um tem carro. E os de alto nível tem um para si e um para família. Não tem cabimento. Você vê certos estados que não podem nem com as pernas, coitadinhos, e o procurador, o juiz ganha um salário... É um milionário.

P.C. - Só para ilustrar um caso, na Constituição do estado do Maranhão, um estado que tem bastante necessidades, está que cada desembargador tem direito a um carro oficial, ou novo. Na Constituição do estado.

P.S. - Na Constituição do estado? É o Maranhão, não é? Tinha que ser o Maranhão. [Risos]

P.C. - Mas não é só lá.

P.S. - Infelizmente não é só lá.

J.M. - Um pouco depois da Constituição, o Hélio Bicudo fez uma proposta de emenda constitucional referente ao tema do Judiciário também. Ele chegou a conversar com o senhor? O senhor tomou conhecimento dessa discussão no partido? A PEC 96/92, se eu não me engano.

P.S. - Me lembro disso.

J.M. - Ficou tramitando durante muito tempo.

P.S. - Me lembro disso. Foi quando se fez a revisão constitucional.

C.P. - Isso.

P.S. - O Hélio era deputado. E ele propôs uma série de modificações. Conversamos, mas eu não tenho assim muita recordação.

J.M. - Ele também não usou muito as suas propostas ou as discussões que aconteceram pelo PT da reforma do Judiciário?

P.S. - Não, a preocupação dele eu acho que era outra. Eu acho que ele não estava com a minha preocupação, não. Ele estava eu acho mais com uma preocupação com o negócio de direitos humanos, por esse lado. Depois ele até se encaminhou por aí e tal. Mas essa revisão, por exemplo, foi muito curiosa, porque a burguesia ainda estava tão atônita, que cinco anos depois

da Constituinte ela ainda não conseguiu mudar a Constituição. Quem fez isso foi o Fernando Henrique.

T.A. - A gente hoje está na Emenda Constitucional - eu acho - 57.

P.S. - Qual?

T.A. - 57.

P.S. - O Fernando?

T.A. - Não, agora, hoje, com o Lula. Sem contar as de revisão, não é?

P.S. - A revisão frustrou. Eles não tiveram força. Eles estavam tão atônitos. O Collor tinha deixado a burguesia tão assim, sem saber o que fazer. Aí, quando os efeitos do desastre do Collor se fizeram sentir... E, fundamentalmente, quais foram esses efeitos? Fundamentalmente, a derrocada do sistema sindical. Aí o sindicato perdeu força. Houve desemprego. Aí a classe trabalhadora baixou as armas e na hora em que ela baixou as armas, o Fernando entrou e teve condição de fazer, aí sim, uma transformação coerente com o que ele pensava.

C.P. - O PT, então, internamente não fez nenhuma grande discussão sobre reforma do Poder Judiciário?

P.S. - Nesse tempo eu já estava muito dissidente lá dentro. Entendeu? Eu estava no partido. Para mim foi muito doloroso o rompimento com o PT, porque eu considero o PT o primeiro partido que o povo fez. Todos os outros partidos foram feitos por setores, por frações da burguesia. Todos. O primeiro partido que não nasceu nas casas ricas foi o PT, porque ele nasceu na paróquia, nasceu no sindicato, nasceu...

P.C. - No estádio.

P.S. - ... no meio rural. Entendeu? Então, eu considerava um avanço em termos históricos e culturais muito importante. O fato de que, a partir da... E o PT de 1980 a 1989 foi um partido socialista. Ele foi um partido da transformação social. E ele conseguiu nesses dez anos agendar a política do país. Ele mudou a disputa. A disputa foi polarizada entre um partido da classe operária e os partidos da burguesia. Ele conseguiu fazer isso. É um avanço, que não vai ser perdido. Isso está aí. Está aí. A qualquer hora isso vai pular. Como a presença popular na

Constituinte, que é uma coisa que surpreendeu a todos nós. E nós somos os políticos desse país e nos surpreendemos com o povo do nosso país. Você vê que político vagabundo que nós somos. [Risos] Então, eu acho que foi importante. Por isso eu fiquei muito... Já em 1994 eu não gostei muito, mas não... Mas, em 1998, eu realmente já me afastei muito. Me afastei muito, porque eu vi que o partido tinha modificado o seu objetivo. Ele não queria mais transformar a sociedade. Ele queria...

T.A. - Participar.

P.S. - ... participar do poder do Estado eleitoralmente, fazendo as concessões que fosse, ampliando para tudo que é lado. Bom, aí você faz uma e faz o resto. Faz uma e faz o resto. Então, nesse período eu já trabalhava pouco lá dentro.

C.P. - Eu acho que está bom.

P.S. - Gente, eu acho que eu já falei...

T.A. - É, está ótimo.

J.M. - Nós passamos por todos os pontos do roteiro.

P.S. - Bateu os pontos do roteiro?

J.M. - Bateu tudo. Todos. Todinhos.

C.P. - Todos.

P.S. - Não assustou muito vocês, não?

T.A. - Não, de jeito nenhum. Foi ótimo.

[FINAL DO DEPOIMENTO]